

ATA DA CENTÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 26-10-2017.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Delegado Cleiton, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados os Projetos de Lei do Legislativo nºs 275 e 299/17 (Processos nºs 2492 e 2703/17, respectivamente), de autoria de Cláudio Janta. Do EXPEDIENTE, constaram os seguintes Ofícios: s/nº, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação; nº 625/17, de Pedro Amar Ribeiro de Lacerda, Superintendente Executivo da Caixa Econômica Federal; e nº 1178/17, de Marcos Alexandre Almeida, Coordenador de Filial da Caixa Econômica Federal. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a José Valdir Rodrigues da Silva, da Associação Comunitária da Nova Gleba, que se pronunciou acerca do transporte coletivo. Após, Adeli Sell e Prof. Alex Fraga manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular, nos termos do artigo 206 do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cláudio Conceição. A seguir, o Presidente concedeu a palavra a José Valdir Rodrigues da Silva, para considerações finais. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e nove minutos às quatorze horas e quarenta e três minutos. Em prosseguimento, o Presidente declarou empossado na vereança, em substituição a Valter Nagelstein, o suplente Delegado Cleiton, após a entrega do seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a prestação de compromisso legal e indicação do nome parlamentar, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Na oportunidade, foi apregoada Declaração de autoria de Idenir Cecchim, Líder da Bancada do PMDB, informando o impedimento da suplente Lourdes Sprenger em assumir a vereança nos dias vinte e cinco e vinte e seis de outubro do corrente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Delegado Cleiton, nos termos do § 8º do artigo 12 do Regimento. Após, foi apregoado o Ofício nº 022/17, do Vice-Prefeito, comunicando que se ausentará do Município de Porto Alegre do dia três ao dia onze de novembro do corrente, ocasião em que participará do evento “Conferência sobre soluções financeiras do Programa de Resiliência Urbana”, em Bangkok, Tailândia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Sofia Cavedon. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado a

assinalar o transcurso do Dia Municipal da Defesa Civil, nos termos do Requerimento nº 190/17 (Processo nº 2782/17), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo os trabalhos; Paulo Ricardo Chies, Coordenador-Geral da Defesa Civil de Porto Alegre; e Kleber Senisse, Secretário Municipal de Segurança. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Comandante Nádia, Adeli Sell, Reginaldo Pujol, Tarciso Flecha Negra e Delegado Cleiton. Após, o Presidente concedeu a palavra a Paulo Ricardo Chies, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e quatro minutos às quinze horas e trinta e sete minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon e Rodrigo Maroni. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, 3ª Sessão, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 024/17. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 185, 199, 215, 220, 250, 253, 261, 276, 280, 283, 286, 292 e 294/17 e os Projetos de Resolução nºs 044 e 051/17; em 2ª Sessão, o Projeto de Resolução nº 052/17, discutido por Reginaldo Pujol. Após, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Durante a Sessão, foram registradas as presenças de Telmo de Castro, Coordenador Adjunto da Defesa Civil de Porto Alegre, e de Marco Antônio Moura, Assessor de Inteligência da Secretaria Municipal de Segurança. Às dezesseis horas, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Comunitária da Nova Gleba que tratará de assunto relativo ao transporte coletivo. O Sr. José Valdir Rodrigues da Silva, representando a Associação Comunitária da Nova Gleba, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. JOSÉ VALDIR RODRIGUES DA SILVA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público presente nesta Sessão; inicialmente quero agradecer a cessão deste espaço, na tarde de hoje, dia 26 de outubro de 2017, para que a Associação Comunitária da Nova Gleba possa se manifestar sobre o problema do transporte coletivo na nossa comunidade; quero também agradecer à Presidente da Associação, Dircéia Matias, que nos confiou a tarefa de falar em nome da entidade da qual sou ex-presidente, integrante do seu quadro social e colaborador; um agradecimento também aos Gabinetes da Ver.^a Sofia Cavedon e do Ver. Adeli Sell. Vou dividir o tema em dois aspectos, primeiro, a situação do transporte coletivo na Vila Nova Gleba e adjacências, especialmente o direitão. Segundo, a ausência de divulgação e fiscalização de duas leis aprovadas nesta Casa. A instituição do direitão foi uma

conquista da comunidade da Nova Gleba, cuja luta começou em 1983, tendo à frente a Associação Comunitária que, à época, levantou a bandeira da implantação de linhas diretas pela *freeway*, assim que nós chamávamos, que foi o precursor dos atuais direções, D-72 e D-73. A Secretaria dos Transportes resistia em atender essa reivindicação sob o argumento de que não era permitido tráfego de transporte coletivo local pela *freeway*. Porém, depois de aproximadamente dez anos, em 1993, a comunidade foi vitoriosa com a inauguração dos atuais direções saindo da Nova Gleba, inicialmente, da praça José César de Mesquita, atendendo, além da Nova Gleba, as comunidades Crinas - antiga Vila Dois Toques, Triângulo, Dutra Jardim, Páscoa, Santa Rosa, Nova Santa Rosa, 14 de Novembro, Conjunto Residencial Jenor Jarros, Conjunto Residencial Guapuruvu, Conjunto Residencial Fernando Ferrari, João Paris, Santo Agostinho e outras comunidades criadas posteriormente, bem como as comunidades do vizinho Município de Alvorada, ribeirinhas do Arroio Feijó.

Por uma certa vacilação da associação comunitária, alguns anos após a inauguração dessas linhas, a Secretaria de Transportes, de forma autocrática e sem ouvir a comunidade, transferiu o terminal dos direções para o Parque dos Maias. A Associação Comunitária da Nova Gleba voltou a se movimentar, conquistando, em 2003, depois de prolongado e difícil processo de negociação, a volta de dois horários na parte da manhã, saindo da comunidade, identificados como D-731, Nova Gleba, às 7h04min e às 8h04min. Desde então, nós vivemos momentos cíclicos de insegurança, como uma espada de Dâmocles a ameaçar a permanência desses horários no Nova Gleba. Praticamente todo ano surgem boatos de que a empresa Nortran pretende transferir essas duas linhas para o Parque dos Maias, revogando unilateralmente o acordo e a conquista da Nova Gleba. Tais boatos, felizmente, não têm se concretizado, talvez porque a comunidade nunca tenha esperado para ver, se mobilizando toda vez que surgem indícios dessa intenção perniciosa. É o caso deste ano de 2017. Aproveitando as férias do motorista em julho, a empresa passou a negligenciar a pontualidade e a assiduidade da linha, atrasando de dois a vinte minutos, ou até mais, ou simplesmente deixando de prestar o serviço, sem aviso, sob justificativas frágeis: não temos carros, não temos motorista, o carro enguiçou, etc., ou mesmo sem explicação alguma, informações não oficiais davam conta de que tal prática visava um outro objetivo: a redução do número de usuários, e, efetivamente, muitos deixaram de pegar ônibus no fim da linha, por descrédito na prestação do serviço, e, com isso, justificar a extinção do terminal 731 da Nova Gleba.

Diante disso, a comunidade voltou a se mobilizar organizando um abaixo-assinado com mais de 280 assinaturas de usuários para entregar ao Prefeito Municipal. Em 31 de julho, solicitamos agenda ao Sr. Prefeito por *e-mail*, porque essa é a nova regar da relação com os movimentos, não é a nova relação presencial, mas na relação virtual. Embora nossos reiterados reforços, recebemos apenas um Pedido de Informações adicional, pasmem, para que pudesse ser agendada a audiência; pediram mais informação e nós as mandamos, só que até hoje nós não recebemos nenhum retorno da marcação da audiência.

Por essas razões nós estamos recorrendo à intermediação desta Casa Legislativa para que a comunidade da Nova Gleba seja ouvida e possa manifestar as suas preocupações e reivindicações ao Sr. Prefeito. Como consta no cabeçalho do abaixo-assinado que nós vamos deixar cópia nesta Casa reivindicamos: primeiro, a manutenção do direitão D-731 da Nova Gleba e o total cumprimento dos horários, ou seja, das 7h04min e 8h04min; segundo, a fiscalização regular do cumprimento desses horários, bem como a rigorosa punição da empresa responsável pelas irregularidades cometidas; terceiro, a informação das sanções aplicadas à empresa faltosa consoante às normas da lei federal e acesso à informação, que garante que o Executivo tem prazo de 20 dias para prestar informações a quem solicita.

Quanto ao segundo aspecto, que são as leis que esta Casa aprovou, nós estamos nos referindo à Lei Complementar nº 555, de 13 de julho de 2006, com alterações posteriores, “que proíbe, no Município de Porto Alegre, o uso de produtos fumígenos em recintos coletivos e em recintos de trabalho coletivo”, e à Lei nº 11.533, de 2 de janeiro de 2014, que cria o programa Parada Segura, e revoga a Lei nº 8.493, de 18 de setembro de 2000, sendo a lei de minha autoria, eu não entendi o motivo, porque praticamente é o mesmo texto. Eu não vim discutir a autoria, o que eu quero é a efetividade da lei. Por que isso? Porque ambas as leis responsabilizam o Poder Público pela fiscalização e aplicação das sanções previstas nas leis, bem como a sua divulgação – isso está no art. 3º, que causalmente é o mesmo número nas duas leis. O Executivo é responsável por divulgar essa lei e fazer cumprir, está lá nos textos dessas duas leis. Ora, a Prefeitura não vem divulgando as leis, muito menos, ao que se sabe, aplicando as sanções previstas nessas normas. Em consequência, há um geral desconhecimento dessas leis não apenas pelos usuários, mas pelos motoristas e funcionários das empresas, o que gera conflitos quando alguém ousa exigir a aplicação dessas leis.

Por exemplo, hoje está fazendo 28 anos que eu parei de fumar, quando eu entrei aqui, em 1989, eu fumava três, quatro cartelas por dia. Até que foi proposta uma lei de Adroaldo Corrêa que proibiu o fumo nos locais de trabalho, que foi revogada por uma dessas leis, não sei por que, eu deixei de fumar e acho que ele continua fumando até hoje.

Então, no terminal do Centro, toda a vez que eu pego o ônibus – e ali eu pego o ônibus todas as semanas – eu tenho que entrar em conflito com algum fumante, porque não tem nenhum cartaz – quando é obrigação da Prefeitura fazer isso. No governo passado, faça-se justiça, o governo espalhou cartazes lá, que sumiram, e dentro dos ônibus também tinham cartazes dizendo que era proibido fumar naquele local. Quanto à Parada Segura, outro dia, dia de chuva, pedi ao motorista para me largar fora da parada, era meia-noite, e ele disse que não podia, eu lembrei a Lei da Parada Segura, que diz que das 22h às 5h qualquer lugar é parada tanto para pegar o coletivo como para descer do coletivo. Tive que negociar com ele, e ele achou que estava me fazendo um favor, completa desinformação da lei, porque a Prefeitura não cumpre a sua obrigação de divulgar a lei! Então, em consequência disso, há um geral desconhecimento dessas leis pelos usuários, pelos cobradores, motoristas, o que gera conflitos, como já disse, quando alguém ousa exigir a sua aplicação. Se nada for feito, essa omissão contribuirá

para aumentar o rol das leis inócuas, cristalizar a nefasta cultura de que certas leis não pegam e desmoralizar o Legislativo que as aprovam. Por óbvio, eu solicito que esta Casa cobre do Executivo o cumprimento dessas leis exercitando a sua atribuição não apenas de aprová-las, como também de divulgá-las e fiscalizá-las. Parafraseando Saint-Exupéry, autor da clássica obra O Pequeno Príncipe, diria que esta Casa é eternamente responsável pelo que cativa, ou seja, pelas leis que aprova. Portanto esta Casa tem o poder e o dever de fiscalizar a sua aplicação para que se tornem leis efetivas socialmente vivas e eficazes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Convido o nosso sempre Vereador, José Valdir, a fazer parte da Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do artigo 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Caríssimo José Valdir, para nós, Vereadores, é um grande prazer recebê-lo como ex-vereador, militante das causas populares, e sempre muito preocupado com a sua localidade. E nós precisamos, cada vez mais, resgatar a luta comunitária local. Essa questão do diretão, que sistematicamente vem aquela pressão, deixa as comunidades extremamente estressadas. Nós precisamos garantir ônibus de qualidade, em quantidade, e também não podemos mais suportar esses atrasos sistemáticos. E as conquistas feitas como os diretões, os ônibus de madrugada devem permanecer, e nós vamos divulgar amplamente este abaixo-assinado que o senhor nos traz. Quanto à questão da chamada Parada Segura, nós nos somamos à sua crítica e vamos cobrar da EPTC esse respeito à nossa legislação. Inclusive nos últimos dias estamos recebendo aqui dezenas e dezenas não só de críticas, mas de denúncias sobre o comportamento da EPTC, nós não podemos mais aceitar esse tipo de comportamento.

Bem-vindo sempre à Casa do Povo de Porto Alegre. Precisamos nos unir numa grande frente em defesa da cidadania, do bem-estar, do transporte coletivo de qualidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. José Valdir Rodrigues da Silva, é um prazer tê-lo nesta Casa. Realmente, um dos mais graves problemas, eu diria, históricos da nossa Cidade é o transporte público. Nos bairros da periferia, tenho acompanhado bastante a questão do transporte na Lomba do Pinheiro, porque sou professor municipal e a minha escola fica situada na Lomba do Pinheiro, portanto acompanho os problemas que as comunidades sofrem, nós temos aí, nitidamente e sabidamente pela sociedade

porto-alegrense, o não cumprimento das tabelas horárias por parte das empresas de transporte desta Cidade. Isso é lamentável. Creio que a EPTC tem a ciência do não cumprimento da tabela, mas não investe também em fiscalização, e, sem fiscalização, nós não temos o cumprimento efetivo da legislação, que, sinceramente, muitas vezes é até mesmo demasiada. Mas se não há o cumprimento efetivo e a cobrança por essas leis, elas são vazias, e este espaço aqui se torna desnecessário à sociedade. Portanto, nós precisamos valorizar o trabalho dos Vereadores e das Vereadoras da Câmara Municipal no efetivo cumprimento da legislação, e esta questão do transporte público é bastante emblemática. Nós precisamos do transporte público porque é ele que serve à população que mais necessita, a população pobre, a população da periferia, a população que, muitas vezes, não tem outras formas de ir e vir e tem o seu direito constitucional tolhido.

Um grande abraço, prazer estar contigo aqui, e seguimos na luta por um transporte público de qualidade e acessível à população que mais precisa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sr. José Valdir Rodrigues da Silva, presidente da Associação Nova Gleba, ex-Vereador. Quero parabenizar a sua iniciativa de vir pontuar, reforçar a questão da vigilância. Eu fui morador muito tempo ali do Parque dos Maias, Nova Gleba, e sei muito bem da importância, porque utilizei os ônibus, o direitão. E a importância de você vir aqui ressaltar que deve haver a continuidade desse sistema de serviço de transporte público, especificamente os ônibus que trazem esse fluxo com brevidade de tempo e de horário, que agilizam o transporte das pessoas para que cheguem até o Centro de Porto Alegre. Isso foi um avanço, isso foi uma conquista e que, agora, está se tentando uma retirada. E é importante a tua pronúncia aqui no sentido de que possamos redobrar a vigilância para a manutenção desse serviço.

É interessante que essas coisas vão acontecendo tão devagar, sutilmente e sorrateiramente, que quando vê elas são retiradas e desfeitas. Conquistas que foram avançadas, conquistas que foram feitas, e nós precisamos mantê-las e cada vez mais qualificá-las, porque elas vão ao encontro à necessidade daqueles que mais precisam, que são aqueles trabalhadores que utilizam essa frente.

Por que eu ressalto essa tua posição de vir aqui e usar a Casa do Povo para ressaltar a importância desse trabalho? Porque, um tempo atrás, os postos da Brigada Militar estavam ali, e hoje não temos mais posto da Brigada na Nova Gleba, no Sarandi, no Parque dos Maias, porque se tivesse sido uma manifestação da população para que não houvesse a retirada, os postos continuariam existindo lá. Hoje não se tem mais posto da Brigada nos lugares onde mais precisamos, por quê? Porque quem deveria realmente pontuar, manifestar a importância e cobrar a permanência desse trabalho, que

seria a comunidade, através da sua associação, como hoje se vê através da sua pessoa, hoje nós não teríamos essa defasagem de postos da Brigada, que manteriam a importância da segurança pública nos bairros. Então, eu quero ressaltar e me colocar à disposição para que continuemos redobrando a importância desse trabalho e mantendo a continuidade dele. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. José Valdir está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ VALDIR RODRIGUES DA SILVA: Só quero dizer para o Ver. Cláudio Conceição que houve, sim, luta com a manutenção dos postos. Ontem mesmo, estava manuseando o material da associação, tem abaixo-assinados, tem ofícios, a comunidade se manifestando pela permanência, só que a gente não teve força, e foi uma disputa que nós perdemos, mas houve mobilização, sim. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Agradecemos a presença do Sr. José Valdir Rodrigues da Silva, representando a Associação Comunitária da Nova Gleba. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h39min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 14h43min): Estão reabertos os trabalhos.

O Suplente Delegado Cleiton, em função da impossibilidade de a Suplente Lourdes Sprenger assumir a Vereança, assumirá no lugar do Ver. Valter Nagelstein. Solicito ao Suplente Delegado Cleiton que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Delegado Cleiton prestará a seguir.

O SR. DELEGADO CLEITON: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Declaro empossado o Ver. Delegado Cleiton. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Delegado Cleiton. V. Exa. integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, amigos e colegas funcionários desta Casa, estou de volta por alguns dias, e, conforme o juramento, vou honrar os votos de todos os munícipes de Porto Alegre. Eu atualmente assumi, após uma eleição, a presidência da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul. Com muita honra, estou tentando ajudar os colegas e principalmente trazer para a sociedade do Rio Grande do Sul um plano permanente de segurança pública, lutar permanentemente por segurança pública no Brasil inteiro. Temos viajado bastante, temos ido bastante a Brasília, temos entrado em contato com as outras associações de delegados, para que nós possamos trabalhar de uma maneira mais efetiva por segurança pública. Um dos acompanhamentos que tenho feito e não posso calar aqui nesses primeiros momentos pautados desta tribuna é o tratamento, senhores, que os funcionários públicos estaduais e municipais têm recebido de seus governos, infelizmente, como se não fossem primordiais ao andamento da máquina pública. Sem os senhores, nós não teríamos educação, saúde, segurança pública. Então, neste momento, quero afirmar aqui, senhores, que, mesmo não estando aqui, nesse pequeno período em que estarei aqui, estarei ao lado dos senhores na luta para trazer respeito a quem trabalha diretamente com a sociedade. Chega dessa história, que tentaram colocar nos nossos ombros, de que nós não trabalhamos e ficamos sugando o erário público. Ao contrário senhores, nós damos andamento à máquina pública. É com o nosso trabalho que movimentamos a máquina pública e o Estado. Então, é desrespeitoso, quando o funcionário, que trabalha e tem suas dívidas, tem seu salário parcelado. É desrespeitoso quando esse mesmo funcionário não tem data para receber. É um desrespeito com esse funcionário, quando ele, muitas vezes, entra nas suas escolas e vê que ela está caindo aos pedaços e tem de recorrer a círculos de pais e mestres. É desrespeitoso para com o servidor, quando o policial entra em sua delegacia e ela também está caindo aos pedaços. É desrespeitoso quando fazem da delegacia um presídio, como tem sido feito, infelizmente, em várias cidades, onde seus prefeitos têm de tomar uma atitude. Nós estamos sendo chacota no cenário nacional. Em Gravataí há presos - e nós queremos que continuem presos, mas dentro de presídios - na porta da delegacia, onde a sociedade e a comunidade entram para registrar uma ocorrência. E ninguém gosta de ir à delegacia. Infelizmente, ninguém gosta de ir à Brigada. Não é comandante? De vez em quando, era bom que as pessoas fossem nas delegacias, fossem num posto da Brigada para saber o que está sendo feito e as condições que estão sendo feitas. Nós estamos trabalhando, senhores, com policiais, tanto Brigada Militar quanto Polícia Civil, doentes, adoecendo. Salário atrasado, salário parcelado, sem data para receber, com presos em delegacias, com presos em viaturas, nas ruas, deixando de exercer a sua função. Prédios que são um desrespeito à sociedade, quanto mais para quem passa a

metade de sua vida dentro deles. Então, senhores, estou aqui neste momento, de volta, tentando fortalecer os pedidos dos meus eleitores: por mais segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul, por mais segurança pública na cidade de Porto Alegre. Obrigado, senhores. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Ofício nº 022/GVP, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: “Sr. Presidente, Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Excelência submeter à apreciação deste Legislativo, nos termos da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, a competente autorização para ausentar-me do Município e do País, do dia 03 de novembro ao dia 11 de novembro do corrente ano, para participar da Conferência sobre soluções financeiras do Programa de Resiliência Urbana, que será organizada pelo Banco Mundial, na cidade de Bangkok - Tailândia. Assinado pelo Vice-Prefeito Gustavo Bohrer Paim”.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores e Vereadoras, colegas da Defesa Civil que será homenageada daqui a pouco, eu quero aproveitar esta Liderança, Vereadores Adeli, Oliboni e Sgarbossa, para tornar mais publicizado um estudo que foi entregue aos senhores e senhoras no dia de ontem, realizado por um economista do DMAE sobre o que seria o impacto se aprovado o projeto de lei do funcionalismo previstos pelo Governo Municipal se aplicados no salário dos servidores a redução que eles embutem, o que impactaria a economia de Porto Alegre, e de resto, do Estado do Rio Grande do Sul, “mais recessão, mais desemprego e menos serviços públicos” é o que diz Cristiano Ponsoni Ghinis, Economista e Mestre em Economia do Desenvolvimento, a partir de dados da matriz de insumo, consumo FIEE, ele utilizou uma matriz que é utilizada pela Fundação de Economia e Estatística que determina, que identificou quais os custos, ou no que gastam a sua renda as famílias de Porto Alegre. E há uma identificação nessa projeção da aplicação dos projetos de lei, de uma queda de 2,37% do PIB municipal; a eliminação de 38.795 mil empregos com carteira assinada, e, portanto, uma subtração a partir disso de uma subtração R\$ 633 milhões da massa salarial do funcionalismo. Eu pediria para o nosso assessor passar o quadro, que são um pouco pequenos, mas depois os senhores podem conferir nos seus materiais, que conforme a estrutura de consumo das famílias o que mais sofreria impacto negativo seria o comércio “19% de redução; depois serviços prestados à família, 17%; depois vêm automóveis, caminhões e ônibus, insumos para movimentação, no caso, de petróleo; artigos de vestuário” e aí segue um estudo criterioso do impacto. E, certamente, portanto, identificando que o maior impacto setorial será na área de serviços. No setor de serviços, que é o setor que mais emprega em Porto Alegre, Ver. Adeli. É ali que as famílias utilizam mais recursos, Ver. Oliboni, da sua renda. E foi estudado, então, o tamanho do impacto nos serviços em especial, claro, vai ter impacto em todos os outros itens, mas em menor escala que nos serviços na da cidade de Porto

Alegre. Portanto, aí vem o outro gráfico, um impacto na redução de empregos em cima dessa retirada de recursos nos serviços, de 39.000 empregos, menos de 8% de empregos na cidade de Porto Alegre. E ainda, portanto, uma queda também na arrecadação tributária, uma diminuição de impostos sobre a renda, pago pelos funcionários municipais. Parte disso fica no Município, parte da União, parte no Estado e também de circulação de recursos na cidade de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul. Por que os nossos técnicos têm trazido esses dados? Pela manhã, tivemos reunião da Comissão Especial, mais uma vez, vários Vereadores estavam presentes, hoje a reunião foi com o Senge, com os engenheiros e os arquitetos, e com a Procuradoria – a Comissão Especial está fazendo reunião com os setores –, e hoje ficou muito claro que a luta e a greve se mantiveram mesmo com esse início de negociação, porque é um início que ainda mantém uma espada no pescoço dos funcionários, para que os projetos sejam votados ainda este ano, um prazo muito exíguo para analisá-los e pouca permeabilidade para modificá-los. Os municipais, hoje de manhã, diziam que essa luta e essa greve que cresce, hoje teve a adesão do movimento dos capacetes brancos, todos se lembram desse movimento, Márcio Bins Ely, que já foi Secretário de Planejamento, é contra esse modelo, que é o modelo que modifica a estrutura da gestão da Cidade, que opta por passar para o serviço privado setores da economia de Porto Alegre, como a água, como a Carris, e também impacta a economia ao retirar ganhos do funcionalismo, em vez de valorizá-los, de potencializar o trabalho do funcionário público.

Portanto, eu queria valorizar esse trabalho, porque a nossa Câmara, com certeza, sabe que essa greve não é meramente corporativa, tem um impacto importante nas famílias e na vida dos municipais, é uma greve pela economia da Cidade, é uma greve pela política pública, é uma greve por uma Cidade que deve crescer, se desenvolver e incluir, e não reduzir a capacidade de trabalho e de investimento no serviço público. Então, é importante que nós ajudemos a reabrir, urgentemente, uma nova reunião de negociação antes da assembleia de segunda-feira, que foi o pedido hoje colocado para os Líderes do Governo durante a manhã. Força municipais, a gente sabe que a história da nossa Cidade está na mão de vocês.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia Municipal da Defesa Civil, nos termos do Requerimento nº 190/17, de autoria da Mesa Diretora. Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Kleber Senisse, Secretário Municipal de Segurança e o Coronel Paulo Ricardo Chies, Coordenador-Geral da Defesa Civil. Registro a presença do Coordenador Adjunto da Defesa Civil, Major Telmo de Castro; e do Assessor de Inteligência da Secretaria Municipal de Segurança, Coronel Marco Antônio Moura.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias. Gostaria de cumprimentar, muito carinhosamente, o nosso Secretário Municipal de Segurança, Kleber Senisse; o Sr. Paulo Ricardo Chies, Coordenador-Geral da Defesa Civil do nosso Município de Porto Alegre; o Major Telmo e os integrantes da Defesa Civil que aqui se encontram, é bom tê-los na nossa Casa!

Quero, de imediato, parabenizar a Mesa Diretora por este Período de Comunicações fazendo uma homenagem ao Dia Municipal da Defesa Civil, importante órgão que somente é lembrado nos momentos de sinistros, de catástrofes, quando a população necessita de um apoio, de um braço protetor, de um braço acolhedor – aí, é o momento de lembrar da Defesa Civil. Por isso, os meus parabéns à Mesa Diretora por estar fazendo esta lembrança em homenagem a esses homens e mulheres que trabalham na nossa Defesa Civil Municipal. Sabemos das dificuldades, tanto de recursos humanos quanto de recursos materiais, mas também sabemos que são essas pessoas que, com poucos recursos, mas com muita criatividade, Secretário Kleber, fazem a diferença para Porto Alegre. Quantos atendimentos, quantas pessoas que foram resgatadas nos últimos adventos – seja das enchentes, seja dos temporais –, quantas crianças que foram amparadas nesse momento, quantas árvores caídas prejudicando o trânsito, muitas vezes caindo em cima de casas, quiçá podendo atingir um transeunte. Então é um orgulho enorme para esta Casa homenagear a Defesa Civil, e dizendo que vocês são os nossos heróis. Muitas vezes, heróis invisíveis, esquecidos, mas no trabalho do dia a dia fazem a grande diferença para Porto Alegre. Somos sabedores que a Defesa Civil trabalha nos mais diversos municípios do Rio Grande do Sul e, muitas vezes, com a ajuda das comunidades. Tenho certeza que os munícipes de Porto Alegre não são diferentes, também fazem esse acolhimento à nossa Defesa Civil, quando chamados estão prontamente dando ajuda, porque ninguém trabalha sozinho. Esse trabalho consciente da importância da Defesa Civil com entrosamento com outros órgãos municipais, estaduais e com a União e, principalmente, a sociedade organizada no momento da catástrofe, do sinistro, é importante para estarmos sempre pensando com esse viés.

Então, Secretário Kleber, cuja Defesa Civil está sob seus auspícios, Cel. Chies, receba em seu nome e repasse a todos os bravos homens e mulheres o cumprimento desta Vereadora, em nome da Bancada do PMDB, do nosso Líder Idenir Cecchim, do Ver. Mendes Ribeiro, do Ver. Valter Nagelstein, do Ver. André Carús. Inclusive o Ver. Mendes Ribeiro fez a proposta de um projeto de lei para termos um fundo municipal da Defesa Civil em Porto Alegre. Estamos juntos nessa luta. Contem com a Bancada do PMDB. Vida longa à Defesa Civil do Município de Porto Alegre! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ilustres visitantes, uma saudação especial ao nosso Secretário de Segurança, Kleber Senisse, ao coordenador da Defesa Civil, Paulo Ricardo Chies, e todos aqueles da Defesa Civil, servidores aqui presentes.

Comandante Nádia, eu falo em nome da minha Bancada, da Ver.^a Sofia, Ver. Marcelo Sgarbossa e Aldacir Oliboni, e quero dizer que não vai bastar a homenagem. São tão poucos os servidores da Defesa Civil, que nós temos que nos perguntar o que fazer e como fazer. Porque nós somos uma Cidade que tem 74 Km de orla; somos, talvez, a Cidade brasileira com mais árvores; também uma Cidade que está abaixo da cota do nível do Guaíba. Portanto, tem três elementos da natureza, sem falar dos morros, das pedras que se soltam, das áreas de risco, das moradias irregulares. Só nesses três aspectos da configuração geofísica de Porto Alegre, nós já temos que começar a temer. Precisamos ter defesa, precisamos ter proteção, porque é um milhão e meio de habitantes que em algum momento do ano, ou em algum momento da vida vão depender das senhoras e dos senhores, que são tão poucos servidores. O que fazer e como fazer para ampliar o quadro, como nós também estamos discutindo com o Secretário Kleber como ampliar a Guarda Municipal. Esta Casa não pode se omitir diante das lacunas. Como antes, o Delegado Cleiton já colocou aqui de forma desnudada o grande problema da insegurança.

Nós precisamos ter um Estado nem mínimo, nem máximo, precisamos de um Estado equilibrado, o necessário, mas o bastante, para garantir segurança, dignidade, vida para os seus habitantes. A nossa configuração estrutural da Prefeitura de Porto Alegre, como do Estado, tem algum problema grave e nós não podemos nos omitir enquanto Poder Legislativo. São poderes distintos, mas não são antagônicos, não podem tirar disputa de Grenal, isso a gente deixa... ontem o Ver. Pujol acompanhou o nosso time, então, vamos deixar o futebol de lado e vamos para o que interessa: segurança, proteção, dignidade. Sr. Cleber, o senhor não só pode, como vai poder contar conosco nesse diálogo, numa cobrança, de um lado, ajuda de outro, busca, reflexão. Nós temos que achar soluções e vamos lutar por soluções; boas soluções. Precisamos melhorar o quadro de servidores com mais pessoas, ninguém nasce feito e perfeito. O Flecha deve ter treinado um bocado em campo de várzea para ser esse magnífico jogador. Nunca descobri um bom pedreiro, um bom carpinteiro que não tivesse botado muito suor para fazer uma boa obra. E aqui na Câmara a gente vê que, a cada dia, nós também aprendemos mais, temos mais paciência, temos mais condições de diálogo. E eu acho que este é um elemento faltante neste ano em Porto Alegre e talvez, com a nossa boa vontade, com o nosso esforço coletivamente, possamos criar uma grande frente em defesa da Cidade: Poder Público Municipal, Legislativo, instituições, cidadania buscar incrementos, buscar implementos, objetos que faltam para fazer a boa segurança e a boa proteção. Vida longa, portanto, à Defesa Civil. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

O SR. REGINALDO PUJOL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É com satisfação que ocupo a tribuna, primeiro, para me solidarizar com os pronunciamentos ocorridos, aos quais, pelos seus criteriosos objetivos, poderiam também por mim ser subscritos. Segundo, para ressaltar a relevância que tem um segmento, uma coordenação da Defesa Civil bem estruturada o quanto isso significa de positivo para o cotidiano de uma cidade como Porto Alegre que precisa estar com uma estrutura permanentemente identificada para ser acionada em momentos desagradáveis que, lamentavelmente, ocorrer e que fazem parte inclusive da própria vida da cidade. Eu tenho absoluta certeza que essas preocupações que estou colocando na tribuna são as preocupações que todos nós temos enquanto cidadãos, inclusive, acreditando que a capacidade de mobilização da coordenação da Defesa Civil, especialmente pela perspectiva de estimular o voluntariado, é algo que tem que ser não só reconhecido, como incrementado e, mais do que isso, aplaudido, apoiando fortemente aqueles que tem a responsabilidade de desenvolver essa atividade. Então, a Mesa da Câmara de Vereadores se houve bem no sentido de dedicar este período nesta Sessão Ordinária de hoje para prestar esta homenagem à Defesa Civil e obviamente nesse fato faz com que a Casa conclua por se integrar nesse esforço de estruturação que a coordenadoria realiza e, ao se integrar, ao estimular, nada mais faz do que subscrever com firmeza e com segurança, pode até haver uma redundância na colocação, mas firme e seguro de que é o caminho mais adequado e que não competiria à Câmara Municipal outro comportamento, outra postura se não esta, que estou anunciando neste momento aqui da tribuna.

Eu quero que o Coronel Kleber Senisse, Secretário Municipal de Segurança, receba as nossas respeitadas congratulações por ter, na sua coordenação da Defesa Civil, uma pessoa competente e dedicada como o Coronel Paulo Ricardo Dias. Aos senhores, a minha certeza de que Porto Alegre, por incrível que pareça, neste particular, das emergências, das catástrofes, das calamidades, tem, à sua disposição, uma estrutura bem organizada, sólida, competente, disciplinada e, sobretudo, comprometida com o bem-estar da população, especialmente nesses momentos desagradáveis que, com frequência, surgem no nosso cotidiano, e nós precisamos estar preparados para enfrentá-los. Meus cumprimentos ao Secretário, ao Coordenador e ao Presidente, porque a homenagem é decorrência de uma iniciativa da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Meus cumprimentos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) No mandato passado, nós tínhamos o Tessaro, do PSD, nosso partido, que era o Secretário da Defesa Civil. Eu tive a oportunidade de ver alguns trabalhos, infelizmente dentro de uma crise, mas a gente pode ver as pessoas que fazem por Porto Alegre, que lutam por Porto Alegre, que são da Defesa Civil. Inúmeras vezes no anos passado, ano retrasado, eu vi de perto. E vocês são merecedores de aplausos, esta homenagem é pequena pelo que todos vocês fazem por nós, pela cidade de Porto Alegre. A Defesa Civil tem poucas pessoas, mas ela se torna ampla pelo que ela faz por Porto Alegre, que é grande. E vocês conseguem se desdobrar em três, quatro para ajudar as pessoas. Eu fiquei olhando inúmeras vezes o trabalho de vocês, e eu ficava assistindo, como no jogo de ontem, do Grêmio. O Pujol foi lá ver, fez esse comentário e já está convidado também para a final, porque ele é pé quente; na final do campeonato mundial, em Tóquio, ele estava no nosso avião. O Presidente Romildo já reservou o banco do Pujol. Quero cumprimentar também o nosso colega, Ver. Delegado Cleiton, pela sua presença, e dizer que nós, Vereadores, devemos olhar com mais carinho para a Defesa Civil, porque vocês trabalham somente para o ser humano. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sr. Secretário Municipal da Segurança, Kleber Senisse, seja bem-vindo a nossa Casa, o senhor foi convidado, inclusive, para um café na Associação dos Delegados, será um prazer, inclusive a sua Adjunta é a nossa colega, por quem eu tenho o maior respeito, é uma grande batalhadora, a Delegada Claudia; Coronel Paulo Ricardo Chies, Coordenador-Geral da Defesa Civil; colegas e demais militantes da Defesa Civil. Eu não podia me furtar de vir aqui prestar esta homenagem para quem, como disse a Comandante, aparece nos piores momentos, nos momentos de mazelas, nos momentos de tristezas. A Defesa Civil, com organização e sensibilidade, sabe como agir e quem, naquele momento de mazela, tristeza e destruição, atender primeiro. Eu me lembro, quando estava aqui na Câmara, que houve um problema na Zona Norte e os moradores desesperados, já acostumados com aquele mesmo problema, com a enchente, não sabiam quem eu era, eu estava lá presente e vi as pessoas tentando enfrentar aquele problema de uma forma, às vezes, até desorganizada, porque não esperavam por aquela tragédia. E o momento que dá um certo aconchego àquelas pessoas é quando a Defesa Civil chega, organiza e começa o seu trabalho.

Então, não podia me furtar de vir aqui e fazer esta homenagem, para dizer o respeito que tenho pelos senhores, o respeito que as comunidades de periferia, que, muitas vezes, são esquecidas, têm quando os senhores chegam para prestar aquele apoio

logístico e muitas vezes um ombro amigo. Então, senhores, parabéns e vida longa a essa instituição.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. Paulo Ricardo Chies, Coordenador-Geral da Defesa Civil, está com a palavra.

O SR. PAULO RICARDO CHIES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ao verificar a fisionomia dessas pessoas de jaleco laranja aqui sentadas, concito a todos a meditar como é bom coordená-los. O convite para ser Coordenador-Geral da Defesa Civil desta Cidade foi uma grande distinção, verdadeiro coroamento das atividades há tão pouco encerradas, uma carreira de mais de 34 anos no Exército brasileiro. Veio ao encontro de uma antiga aspiração e de uma decisão: fixar residência pela vez primeira na Cidade onde nasci e trabalhar por uma população carente, socialmente desamparada e em risco de exposição às intempéries e aos desastres naturais. O exercício da coordenação nos propicia conhecer as pessoas, integrantes do grupo de primeira abordagem da Defesa Civil, e nos permite constatar a fortaleza de ânimo, o acendrado sentimento do dever e a intensa vibração que os anima e que são a base dos mais destacados desempenhos. Seja nas ações operacionais onde o espírito de sacrifício se robustece, seja nas atividades diárias complementares e subsidiárias onde a sua proficiência ampara e auxilia. Chefiá-los não é tarefa fácil, mas é muito prazerosa. Se lhes dermos os meios necessários e soubermos administrar a sua ansiedade por fazer as coisas bem feitas, bastará colocar o homem certo no lugar certo, e atribuir responsabilidades, confiando na presteza do cumprimento do dever e da elevada capacidade de cada um. As inundações de junho nos levaram às Ilhas do estuário do Guaíba, à Vila Humaitá, à Vila dos Sargentos, na realização dos trabalhos operacionais, onde as cheias são o inimigo real e o grupo de primeira abordagem o aliado de todas as horas. A missão é humanitária e os meios nem sempre são fornecidos conforme as necessidades. A realização dessas operações deixam patente o elevado nível organizacional, a solidez da doutrina e o alto grau de iniciativa eficaz dos componentes da Defesa Civil. A Defesa Civil de Porto Alegre presta assistência à comunidade carente, com a realização de ações cívico-sociais, e a abriga com as roupas da campanha do agasalho; leva lonas e conforto aos atingidos pelas chuvas, pelos temporais, pelos incêndios e vendavais; fornece sextas básicas aos necessitados; apoia menores em situação de risco, atende aos idosos carentes, cuida dos deficientes. Tudo isso sem alarde, com a discrição que é própria das pessoas que trabalham pelo amor à causa, pelo bem comum. A convivência dada por essas oportunidades leva-nos a relembrar as manifestações de solidariedade, altivez e coragem do povo gaúcho, em especial do povo porto-alegrense.

Essas realizações só são possíveis graças ao apoio de diversas pessoas, instituições e entidades, às quais é imperioso expressar o sentimento de gratidão que nos acomete nesta hora de homenagem, pois afinal a Defesa Civil é o conjunto das ações

preventivas de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, a preservar o moral da população e a restabelecer a normalidade social, um o trabalho de todos nós. Avultam-se em importância, neste momento, as ações em prol da Defesa Civil que tramitam ou tramitarão nesta Casa, sem dúvida a participação do Poder Legislativo Municipal facilitará e viabilizará o aperfeiçoamento das nossas atividades, como a abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, a fim de atingirmos os objetivos de reduzir os riscos de desastres, prestar socorro e assistência às populações atingidas e recuperar as áreas afetadas. Esses objetivos somente poderão ser alcançados com a participação de todos.

Ressalto a importância de se perceber que o fato de que a Defesa Civil é um órgão que desenvolve as suas ações em conjunto com diversos órgãos, entidades públicas e privadas, bem com pela própria comunidade, desde que devidamente organizada e treinada.

Foi instituída na Prefeitura de Porto Alegre, por exemplo, a figura da COPAE – Comissão Permanente para a atuação em emergências, que reúne como membros todos os órgãos da Prefeitura Municipal que desempenham ações de defesa civil. Essa comissão devidamente organizada tem condições de dar respostas rápidas aos atendimentos de emergências, fruto de desastres que por ventura venham a acontecer.

Dentro da coordenadoria de Defesa Civil existe o grupo de primeira abordagem, como já foi dito.

São esses valorosos e dedicados quadros os responsáveis por efetuar o primeiro contato nos locais de risco iminente de desastre ou onde ele já tenha ocorrido.

Quando vejo esses funcionários do grupo de primeira abordagem cumprindo as suas funções ou falando sobre a Defesa Civil, eu posso sentir o orgulho que eles têm em serem atores de um processo tão importante.

Quero assegurar que conduzir e influenciar uma plêiade de profissionais como a formada pelos meninos de laranja, se transformou em um dos momentos mais belos da minha vida profissional. Sou extremamente grato pelo eminente trabalho que venho realizando e, de forma especial, pela lealdade que todos dedicam à causa do bem comum. Seu trabalho anônimo, silente e constante, possibilita o cabal cumprimento de todas as missões recebidas.

É nesse sentido pleno de satisfação e reconhecimento, que me dirijo aos nobres edis desta Casa, para formular os agradecimentos pela significativa homenagem que estamos recebendo.

Estejam certos de que gestos como este dignificam o nosso trabalho e nos fazem reiterar o compromisso com a proteção à sociedade dessa mui leal e valorosa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em nome da Mesa Diretora, dos Vereadores, desta Casa e, tenho certeza de que em nome da cidade de Porto Alegre – o

Coronel disse que nos agradece pela homenagem –, mas nós é que agradecemos a esses homens e a essas mulheres que, nos momentos mais difíceis, sem dia nem horário, estão lá para estender a mão amiga, para ajudar a nossa população. Então, aceitem a nossa singela homenagem no transcurso do Dia Municipal da Defesa Civil. Parabéns pelo dia de vocês e continuem prestando esse belo serviço para a Cidade. Muito obrigado.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h34min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 15h37min): Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Prof. Alex, eu lhe agradeço. Colegas municipais, eu tenho a missão, hoje à tarde, de falar do lançamento do Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA/2018, que será em Brasília, no Brasil, um evento internacional, democrático, que pretende reunir mundialmente organizações e movimentos sociais que lutam em defesa da água como direito elementar à vida. Aqui no Rio Grande do Sul, o lançamento deste Fórum, previsto para março de 2018, será nesta segunda-feira próxima, dia 29, no salão da Igreja Pompéia, às 13h30min. Eu gostaria de fazer a divulgação do convite aos Vereadores e Vereadoras para que lá passem.

O que diz o manifesto deste Fórum Alternativo Mundial da Água? Alguns elementos fundamentais: primeiro, que a água é bem inalienável, direito de todo ser humano e de todos os seres vivos; que a água, portanto, não é mercadoria, que é um direito e precisa ser protegida, tratada e alcançada a todos os seres vivos.

Mas há elementos gravíssimos que nos indicam que essa não é a realidade, que está longe de ser alcançada e que há um perigo iminente de um colapso no mundo inteiro sobre o tema da água, da escassez da água. E o Papa Francisco tem alertado, é um dos líderes mundiais que tem alertado isso. O Manifesto do Fórum Alternativo fala que há uma divisão injusta da renda no mundo, uma concentração brutal da renda no mundo, e que também, apenas 8 pessoas no mundo detêm a mesma riqueza que a metade do planeta, ou seja as 3,5 bilhões de pessoas mais pobres. Essa desigualdade também se manifesta no domínio da água, na posse da água. Corporações como Nestlé, Evian, Cola-Cola, Pepsi-Cola, Suez e Veolia dominam fontes de água em todo o mundo e intervêm diretamente na soberania dos países que possuem essa riqueza. Empresas transnacionais que usam água como base de produção exercem grande influência nas decisões sobre esse bem nos países em que atuam e na própria ONU. O capitalismo também leva à perda do controle social e democrático sobre os recursos naturais. Esse é o grande embate do momento. A concentração em poucas mãos da terra rural e urbana; o uso inapropriado do solo e das águas por meio do desmatamento, impermeabilização do solo, lançamento de resíduos líquidos e sólidos; a construção excessiva e sem o

devido controle de projetos de infraestrutura hídrica, a exemplo de barragens; além da contaminação do solo, do ar e da água pelo uso de agrotóxicos, são a expressão de um modelo predador, que espolia não só o trabalho, mas também o patrimônio ambiental e sociocultural.

A água contaminada – olhem que dados importantes – mata mais de meio milhão de pessoas por ano e contribui para a disseminação de enfermidades. Segundo a ONU, cerca de 663 milhões de pessoas no mundo não têm acesso a fontes adequadas de água. Mais de 800 crianças, com menos de 5 anos, morrem todos os dias de diarreia associada à falta de água e de higiene. Aproximadamente 27 milhões de pessoas não têm acesso à água potável. E as mulheres e as crianças gastam 200 milhões de horas coletando água todos os dias, 200 milhões de horas. Elas são as que mais são atingidas pela pobreza e pela concentração de água no mundo. Nos últimos 15 anos, um dado importantíssimo, há notícias de, pelo menos, 180 casos de remunicipalização dos serviços de saneamento em 35 países, tanto no hemisfério norte, quanto no hemisfério sul. Então, há sim, e não é invenção, uma reestatização do fornecimento de água, do tratamento da água. Portanto, esse Fórum Mundial, Ver. Goulart, 8ª edição do Fórum Mundial de Água e o Alternativo vão acontecer no Brasil, em março do ano que vem. E é um movimento de resistência à predação deste bem poderoso. Eu quero, então, encaminhar a minha fala, dizendo que o DMAE e a Água, exatamente esse tema, estão no centro dos debates desta greve dos municipais, nesse momento, na discussão com o Prefeito Municipal. E o DMAE nos mostra e todos os estudos mostram que a gestão pública deste bem é a mais adequada para a garantia de que ele seja recuperado e que seja acessível a todos. E o nosso DMAE tem capacidade de tratar o esgoto e de chegar, no ano de 2035, com 100% do esgoto coletado e tratado. O nosso DMAE arrecada 50 milhões de reais por mês e consegue manter o investimento permanente na coleta, no tratamento do esgoto e na distribuição da água. O nosso DMAE é superavitário, o nosso DMAE tem planejamento técnico, tem capacidade técnica. Portanto Porto Alegre não pode entrar no rol das cidades que abriram mão da gestão pública, porque muitos estão revertendo, porque se tornou difícil para o Governo fazer gestão e caro para a população. Então, preservando a nossa água, pelo Fórum Alternativo, na defesa da nossa água, nós pedidos e apelamos ao Prefeito para que recue no projeto do DMAE e do funcionalismo. Viva à água, bem que não pode se transformar em mercadoria.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde Vereadores e Vereadoras que estão aqui presentes, colegas da Câmara, uma satisfação ver aqui o colega Delegado Cleiton novamente, querido colega que seguramente ainda vai ter bastante tempo na política pelo trabalho que tem, responsável, não só na segurança pública mas nas comunidades, e eu tenho escutado muito teu nome, Cleiton, a gente tem trabalhado

bastante com a polícia que tem dado uma força bastante grande no meu tema, e eu fico muito contente de forma bastante honesta, tu és um dos grandes amigos que formei aqui, e fico muito contente com a tua volta. Quero falar na verdade, pois uma das coisas que quando assumi aqui eu era bastante questionado, com relação a minha forma de acreditar que deveria ser feito meu mandato parlamentar. Lembro muito das críticas relacionadas ao estilo de ir ao local e resolver coisas que transcenderiam, muitas vezes fui até ironizado aqui, e por muitos políticos de maneira geral, porque eu ia salvar cachorrinhos, como ouvi. Mas hoje tenho convicção de que o trabalho que fiz valeu muito a pena, porque foram milhares de vidas que salvei. E transcendi, sim, muitas vezes pelo lado positivo, e senti o lado negativo de fazer isso. Positivo porque realmente não tinha instituições, não tinha muitas vezes a lei, lamentavelmente não se chega a lei, Cassiá, ao existe lei hoje para os animais, quanto mais mandato judicial para tirar um animal de maus tratos, de estupro, de assassinato, animais roubados. Segundo que, lamentavelmente, as instituições, como propriamente a polícia, tem dificuldades de dar conta da própria vazão que se tem hoje de todos os crimes. Então os animais, na ausência de políticas públicas, também sofrem a consequência de não ter como se defender, mesmo que eu tenha aqui que reivindicar a Brigada Militar e a Polícia pelo papel que cumpriram centenas de vezes comigo, Dr. Goulart. Só que me expus muito a risco, porque eu digo aqui que infelizmente este papel me custa muito caro, porque, além do atendimento, aquele custo de ponta, financeiro, que dou, que é o atendimento dos animais de rua, cirurgias caras, Cassiá, caríssimas, Dr. Goulart, o resgate em si, que era o que eu queria sentir na pele que a proteção fala e vive, e que não adiantaria estar dentro do gabinete burocratizado, não adiantaria estar aqui como um bunda-mole, sentado no ar condicionado e não fazer porcarias nenhuma, me expôs muito a risco. Nós passamos, hoje, por cinco a dez situações por semana onde a gente vai tirar o animal de traficante, de irmão de traficante, é o bandido mesmo, e mesmo que eu vá, na maior parte das vezes, com gente armada comigo, a gente sabe que a demanda como relação de força é muito pequena. Eu vou com dois, três armados, que eu encontro com um cara com fuzil, mano. Essa é a realidade, convidado, inclusive, pessoas que quiserem acompanhar meu trabalho para ver. Estive no litoral, anteontem, quando me dei conta, tinha uns 20 indivíduos, todos armados. Semana passada, uma e meia da manhã, a mesma coisa; na outra semana em Canoas, lá na Mathias Velho, no Boqueirão, na boca de tráfico, os caras passam, porque quem atropela o animal, quem faz assassinato animal, Alex, infelizmente, é gente vinculada ao crime. E aí que eu digo que muitas vezes coloquei minha pele em risco, que é o que passa na proteção de animais, porque não tem com quem contar. Eu ainda tenho dois caras armados para morrer comigo se for o caso, literalmente, morrer, entende? Porque a minha mãe é a que mais insiste pra eu sair da política. Até por esse método, que cumpre o papel de Secretário, de Polícia, de Ministério Público, julga, tenta receber, porque não tem, ou tu morres ou tu vais e faz. E aí é que eu venho aqui falar mais uma vez. Valeu pela experiência de vida? Valeu, envelheci, acho que, em dois anos uns 30; engordei pelo nível de ansiedade, de ameaças, de incomodação, mas valeu para sentir na pele o que passam os protetores. Não só pra ser um Parlamentar aqui, para votar muitas vezes projetos ou leis que nunca

vão chegar à ponta. Porque quem deveria cumprir isso, projetos não faltam, leis não faltam.

Por isso que eu digo, a minha admiração à proteção animal, que se expõe; a proteção que está na ponta. Aqueles que convivem com o crime, porque quem chama neste último minuto – para acabar –, quem chama e resgata os animais, são os protetores que fazem como eu; são os protetores que estão dentro da comunidade que são ameaçados, que vão lá e botam o dedo na cara do vizinho, porque aquele vizinho é um traficante, um criminoso e que não aguenta conviver pela vida de um animal, que não entende que aquele animal tem dor, tem sofrimento e que não tem ninguém por ele, e que a maior parte, lamentavelmente, vai ser literalmente se – vou conter o termo. E aí é que eu digo a proteção de animais está crescendo no Brasil, e eu espero que tenham protetores em todo Brasil que se elejam Vereadores, Deputados, mas que bote a mão no sangue; bote a mão, literalmente na merda; bote a mão nesses criminosos para a gente poder dar cada vez mais visibilidade para esses animais invisíveis e que, infelizmente, não têm instituições para os defender. É a proteção animal ou nada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

3ª SESSÃO

PROC. Nº 2745/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/17, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2018. **Com Emendas nºs 01 e 02.**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1588/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 185/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui a Feira Estadual de Artesanato e inclui inc. III no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.213, de 6 de fevereiro de 2012 – que disciplina a

realização de eventos culturais, econômicos, políticos ou de outra natureza no Largo Jornalista Glênio Peres e revoga as Leis n. 9.404, de 3 de fevereiro de 2004, e 10.660, de 20 de março de 2009 –, alterada pela Lei nº 11.575, de 12 de fevereiro de 2014, incluindo essa feira no rol de eventos excetuados da vedação à realização de feiras no Largo Jornalista Glênio Peres.

PROC. Nº 1704/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 199/17, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que denomina Avenida Jaques Machado o logradouro não cadastrado conhecido como Avenida I – Parque Industrial Benopolis –, localizado no Bairro Humaitá.

PROC. Nº 1868/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 215/17, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que estabelece o atendimento prioritário às pessoas idosas e às pessoas com deficiência na apreciação, na resolução ou na análise dos processos administrativos municipais e revoga a Lei nº 9.142, de 6 de junho de 2003.

PROC. Nº 1900/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 220/17, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que estabelece a divulgação de informações relativas aos veículos recolhidos pela Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) a depósitos do Município de Porto Alegre ou do Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran/RS).

PROC. Nº 2306/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 253/17, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que autoriza o Executivo Municipal a outorgar à Petrobras permissão de uso do direito à denominação (naming rights) da Cinemateca Capitólio, localizada na Rua Demétrio Ribeiro, 1085, como contrapartida de patrocínio cultural. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 2525/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 276/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que cria o Programa Municipal de Assistência a Vítimas de Crimes.

PROC. Nº 2607/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 283/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que cria o Programa Municipal de Saúde do Pé Diabético.

PROC. Nº 2671/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 294/17, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Alessandro Finkelsztein.

PROC. Nº 2583/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 261/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que cria o Programa Adoção de Animais por Bairro no Ônibus.

PROC. Nº 2651/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 292/17, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que altera, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, o período das efemérides Dia de Prevenção ao Câncer Colorretal e Semana de Prevenção ao Câncer Colorretal para 27 de setembro e para a semana que incluir esse dia, respectivamente.

PROC. Nº 2252/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 250/17, de autoria do Ver. Roberto Robaina e outros, que inclui o evento Festival Cohab É Só Rap no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 12 de dezembro.

PROC. Nº 2569/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 280/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Maria Castanho Sirianni o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil e Dez, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 2626/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 286/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Irmã Maria Zancan o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Seis Mil e Trinta e Oito, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

PROC. Nº 2182/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 044/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede a Comenda Porto do Sol à Aldeia SOS de Porto Alegre.

PROC. Nº 2562/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 051/17, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que concede a Comenda Porto do Sol à Associação de Jovens Empresários de Porto Alegre – AJE.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2636/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 052/17, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Instituição Beneficente Coronel Massot – IBCM.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não falta assunto para se falar a respeito dos processos que estão em análise, sendo que um, que já está em 2ª Sessão, é o único a que eu já me referi anteriormente: o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre, que a Ver.^a Comandante

Nádia quer conceder à Instituição Beneficente Coronel Massot – IBCM. O pronunciamento que eu fiz anteriormente sobre esse assunto tranquilamente dispensa qualquer reafirmação do que já foi muito expressamente colocado: a nossa concordância com relação a proposta da Ver.^a Comandante Nádia. Ao contrário do já comentado, em 1ª Sessão, diversamente, nós temos inúmeros processos, a começar por aquele que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício financeiro de 2018, que já está em 3ª Sessão e que, naturalmente, vai merecer um debate aprofundado. Eu tenho dito aqui, repetidamente, que, lamentavelmente, no Brasil, em que pese um ordenamento jurídico até bastante complexo com Lei de Responsabilidade Fiscal, diretriz orçamentária, Plano Plurianual, enfim, toda essa quantidade acaba desembocando num orçamento que, na verdade, Sr. Presidente, convenhamos, tem sido uma ficção. Têm dispositivos nesse orçamento que serão por mim emendados, conforme emenda que aqui apresentei no orçamento vigente e que volto a apresentar este ano, que diz respeito à possibilidade do contingenciamento, que entendo que tem que ser permitido, dentre determinados limites.

Eu estou registrando já uma emenda nesse sentido – vou aprová-la, como aprovei no ano passado – e irei, durante o ano de 2018, cobrar o seu respeito, o que não o fiz este ano pela circunstância de que havia a desculpa de que o orçamento não havia sido elaborado pelo Prefeito e que, obviamente, ele estava ajustando o orçamento de acordo com as prioridades por ele anunciadas, especialmente o compromisso por ele alegado com frequência com a educação, com a saúde e com a segurança. Agora, não. O orçamento que nós estamos votando agora foi elaborado pelo Prefeito com as suas equipes, e as prioridades estão estabelecidas. Obviamente, os montantes maiores ou menores para este ou aquele segmento já foram previamente estabelecidos. Não podem ser indiscriminadamente contingenciados alguns em detrimento de outros. Nós temos, Ver. Goulart, este ano, o contingenciamento dos recursos, que, para a cultura, foi absoluto, total. Eu até admito que o Prefeito tenha razão em algumas das suas abordagens, entre as quais a de não querer empregar valores muito fortes, consideráveis com o carnaval, porque precisa reforçar na Saúde. Admito isso, mas não posso admitir que o corte seja absoluto. Que ele seja consideravelmente reduzido, eu concordo, mas simplesmente ser aniquilado é desrespeito à lei. E existe lei nesse sentido. Que o Prefeito não queira e entenda que não deve pagar cachê para as escolas de samba se apresentar, vá lá. Mas que ele não vá se comprometer com a montagem da estrutura para a realização dos festejos carnavalescos, isso está equivocado, está errado, porque enquanto tiver uma lei vigorando, cabe ao Prefeito respeitá-la ou modificá-la, como ele está tentando modificar várias leis vigentes aqui no Município de Porto Alegre.

Então, Sr. Presidente, apesar na minha visão cética em relação ao Orçamento, que até por definição estima a receita, este ano o Secretário de Planejamento do Município, Dr. Parode esteve aqui conosco e declarou claramente que colocou R\$ 700 milhões como recursos extraordinários que poderão ser captados, e eu acho que grande parte será captado, mas, se não o for, isso representa 10% do Orçamento. Assim sendo, fica esse registro. Acredito que em outras ocasiões terei a oportunidade de me aprofundar no debate a respeito desse tema que, ao mesmo tempo, é

apaixonante e frustrante. Apaixonante, porque merece a nossa atenção, nosso debate e nossa discussão. Frustrante, porque a gente fica praticamente pregando no deserto sem resultados práticos. Vamos procurar, com muita segurança, tranquilidade, espírito público, muito respeito ao Chefe do Executivo Municipal, mudar um pouco essa relação equivocada que até o presente momento tem se registrado no Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h.)

* * * * *